

JOLY, Fábio Duarte. **Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana.** São Paulo: Edusp, 2004, 162 p.

*Maria Aparecida de Oliveira Silva**

Estudos recentes têm revelado que a instituição da escravidão desempenhou importante papel não apenas na economia das sociedades escravistas, antigas e modernas, mas também nas relações interpessoais em seu interior, conformando aspectos da vida cultural e política nessas sociedades. Tais conclusões alimentam o debate em torno da natureza da escravidão na história humana, questionando em que medida a simples identificação do escravo a uma propriedade é capaz de salientar a presença da cultura da escravidão nas práticas sociais.

No constante repensar dos caminhos teóricos e metodológicos trilhados pelos historiadores da Antiguidade, em especial no campo da historiografia antiga, revemos as (de)limitações das diferentes interpretações do mundo antigo. Em consonância com o revisionismo de nossos dias, a dissertação de mestrado, agora em formato de livro, **Tácito e a Metáfora da Escravidão**, escrita por Fábio Duarte Joly, apresenta-se como uma novidade no contexto exegético da obra tacitiana. O autor rompe com a visão tradicional segundo a qual os autores antigos comporiam obras desprovidas de críticas ao imperador e à sociedade romana. Com a acuidade necessária ao pesquisador, Fábio Duarte Joly demonstra como Tácito constrói a sua metáfora da escravidão, tecendo críticas às práticas políticas da aristocracia na Roma imperial.

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da USP, sob orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. Bolsista da Fapesp. Tema da pesquisa: "As margens do Império: as imagens de gregos e romanos em Plutarco".

O autor discorre sobre as multifacetadas relações interpessoais entre os escravos e seus senhores contidas na narrativa de Tácito, o que constitui o ponto interessante de seu livro, pois traz para o debate historiográfico um assunto quase inexplorado nos textos do historiador romano: a escravidão no Principado sob a ótica do regime imperial e da participação política. Como o autor explicita, “a própria crítica moderna reconhece que a metáfora da escravidão é um dos principais componentes retóricos da obra de Tácito, perpassando não só os *Anais*, como também suas demais obras, as **Histórias**, a **Vida de Agrícola**, a **Germânia** e o **Diálogo dos Oradores**” (p. 26). Assim, no extenso debate sobre a escravidão no mundo antigo, encontramos a pertinência da leitura das obras de Tácito, proposta pelo autor.

O eixo da argumentação do livro apóia-se na oposição entre os conceitos de *seruitus* e *libertas*, explorada pelo historiador romano ao longo de sua narrativa. Fábio Duarte Joly ressalta a abrangência do discurso de Tácito, uma vez que o historiador romano abarca tanto a realidade política de Roma quanto a de suas províncias na tessitura de sua obra. Dessa maneira, a finalidade última do livro é versar a respeito “de um estudo sobre a escravidão na cultura política romana” (p. 27). Para sustentar a sua argumentação, o autor principia seu caminho definindo o conceito de retórica e de metáfora em Tácito, mas antes apresenta o historiador romano e sua obra ao leitor, comentando a recepção da obra de Tácito no mundo moderno, bem como situando cronologicamente suas obras.

No segundo capítulo do livro, Fábio Duarte Joly discorre sobre a definição de escravos e libertos em Tácito, com o objetivo de “reconstituir suas idéias a respeito da instituição servil” (p. 67), e analisar “como Tácito os situa na sociedade romana e os critérios de classificação social que emprega, e dos quais dependem as valorações desses grupos que transmite ao leitor” (p. 69).

É interessante destacar que o estudo desenvolvido pelo autor aproxima-se das conclusões de Claude Meillassoux, para quem, nas práticas cotidianas, o escravo não desempenhava um papel apenas mecânico, ou seja, atuando como um instrumento; pelo contrário, havia a interferência da agência humana em suas ações, manifestada em sua inteligência na execução de suas tarefas. O autor conclui que a noção corrente de escravidão no mundo romano não se encontra pautada apenas no *status* jurídico do escravo, uma vez que a relação entre o senhor e o escravo, comumente reduzida ao binômio proprietário-propriedade, retira o aspecto humano desse fenômeno histórico.

Nesse sentido, o autor salienta as várias designações dadas ao indivíduo escravizado, como *seruus*, que predomina na narrativa de Tácito, e o termo *mancipium*, empregado na identificação de um escravo ou de um liberto cujo comportamento estava em descompasso com as regras estabelecidas. Percebemos, na argumentação do autor, um distanciamento frente ao pensamento aristotélico sobre a desumanização do homem subjugado, tratando-o como uma ferramenta animada, isto é, desprovido de vontade própria. Como aponta o autor, “a visão estritamente patrimonial que Tácito tem dos libertos imperiais [...] não se restringe a este grupo, mas também se dirige ao uso de escravos e libertos na atividade administrativa da aristocracia sob o Principado. Este ponto consta na **Vida de Agrícola**, em que Tácito desenha um paralelo entre a gestão provincial e o governo doméstico” (p. 85). Concepção argutamente interpretada pelo autor com a seguinte reflexão: “Se, por um lado, quanto à questão da lealdade para com os patronos, [a relação patrono-liberto] apresenta a mesma tensão que as relações escravistas, por outro, Tácito reconhece o potencial político da manumissão e tampouco pode negar o peso político dos libertos imperiais na administração romana” (p. 86).

Já no terceiro capítulo de sua obra, o autor adentra o tema que dá nome ao livro e percorre a narrativa de Tácito a fim de identificar o seu uso da metáfora da escravidão, pois “Tácito utiliza a metáfora da escravidão para qualificar cada categoria de ordem social. *Seruitus* é a submissão dos magistrados em Roma diante do imperador (**Anais**, I, 2; 81), dos soldados romanos a seus superiores (I, 16) e de alguns chefes germânicos com relação a Roma (I, 59)” (p. 110). A metodologia escolhida pelo autor encaminhou sua argumentação para as seguintes conclusões: “Portanto, equiparando *fides* e *seruitus* e *seruitus* e *libertas*, Tácito propõe uma estruturação do império de maneira tal que Roma governe indiretamente por meio da cooptação das populações bárbaras, calcada na concessão de benefícios a seus líderes [...] A metáfora da escravidão significa um esvaziamento do espaço político, em prol de uma centralização do poder fundada na concessão de benefícios a indivíduos” (p. 138).

No quarto capítulo, o autor encerra sua argumentação com uma reflexão sobre o posicionamento de Tácito frente ao poder imperial e à escravidão. A síntese do pensamento desenvolvido no decorrer da leitura de **Tácito e a Metáfora da Escravidão**, de Fábio Duarte Joly, encontra-se

neste feliz parágrafo: “A metáfora da escravidão na obra de Tácito está relacionada a uma representação do poder imperial e das estratégias políticas tanto da aristocracia em Roma como das lideranças provinciais. Representação que tem objetivos práticos, visto que apresenta quais são os fundamentos positivos e negativos do poder imperial e as possibilidades de participação política no Principado” (p. 145).

Ao discorrer sobre as tensões entre os diferentes grupos sociais e o imperador sob a perspectiva da metáfora, Joly traz um sopro novo ao marasmo exegético da obra tacitiana, bem como ilustra o fôlego dos historiadores da Antiguidade no Brasil.